



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

Aos 07 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta n.º 33/XII (reunião de 29 de Novembro de 2011)

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1639/2006/CE que institui um Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (2007-2013) e o Regulamento (CE) n.º 680/2007 que determina as regras gerais para a concessão de apoio financeiro comunitário no domínio das redes transeuropeias de transportes e de energia. [COM(2011)659]
Relator: Deputado Luis Leite Ramos (PSD)

3. Apreciação do documento sobre a criação de Grupos de Trabalho

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas.

5. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da acta n.º 33/XII (reunião de 29 de Novembro de 2011)

Submetida à votação, foi a acta n.º 33/XII/1.ª, relativa à reunião de 29 de Novembro de 2011, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1639/2006/CE que institui um Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (2007-2013) e o Regulamento (CE) n.º 680/2007 que determina as regras gerais para a concessão de apoio financeiro comunitário no domínio das redes transeuropeias de transportes e de energia. [COM(2011)659]



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

Relator: Deputado Luis Leite Ramos (PSD)

De seguida, foi apresentado pelo Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) o parecer sobre a COM(2011)659.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS), para cumprimentar o relator e valorizar os aspectos mais importantes desta iniciativa legislativa europeia e o facto de a mesma surgir na sequência do reconhecimento de existência de problemas de financiamento por parte dos países europeus para determinados fins; e Agostinho Lopes (PCP), para valorizar o parecer elaborado pelo relator e registar que o mesmo é uma demonstração das dificuldades vividas na UE e realçar o último ponto da opinião do relator, sugerindo que o mesmo deveria integrar as conclusões do parecer.

O relator esclareceu que os pontos expressos na opinião do relator surgem na sequência de outro parecer elaborado pelo Deputado Pedro Saraiva, que também já os focava, e aceitou a sugestão apresentada pelo Deputado Agostinho Lopes.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

3. Apreciação do documento sobre a criação de Grupos de Trabalho

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por relembrar o conteúdo do documento e dar conta das propostas apresentadas pelo PS para densificar o objecto de cada grupo de trabalho.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) defendeu que só deveriam propor-se novos grupos de trabalho após o 1.º trimestre de 2012, data em que se extinguirão alguns dos grupos de trabalho de curta duração agora criados e informou que nessa altura o seu grupo parlamentar iria propor a criação de um grupo de trabalho para acompanhar os diferentes planos e as diferentes soluções que decorrem do Plano Estratégico de Transportes. Pronunciou-se também a favor da existência de um grupo de trabalho sobre as privatizações e as parcerias público-privadas, em cumprimento do plano de actividades, para acompanhar esta matéria em permanência, não sendo tal impeditivo de iniciativas a este respeito no plenário da Comissão, e frisou ter ficado surpreendido na última reunião quando o PSD retirou a proposta de criação deste grupo de trabalho.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

A esta intervenção, o Senhor Presidente respondeu que, sendo certo que o grupo de trabalho sobre as privatizações e as parcerias público-privadas constam do plano de actividades, também é verdade que o mesmo pode ser adaptado ao longo do tempo, consoante as necessidades.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) reiterou o entendimento do PSD de que esta área deve ser debatida em Comissão, o que só reforça a importância que dá ao tema, e acredita que o PS deveria ser favorável a esta solução, uma vez que a Comissão é um espaço de debate mais alargado do que um grupo de trabalho. Quanto à operacionalização dos grupos de trabalho, defendeu que se deve definir os que se vão criar bem como as respectivas coordenações, segundo o método de Hondt, com algumas nuances, e os grupos parlamentares indicarem os Deputados que integram cada grupo de trabalho até ao final da semana, para que seja convocada a primeira reunião de cada um deles e aí fazer-se a densificação dos respectivos objectos e planos de actividades.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) manifestou concordância em tratar a matéria das privatizações e das parcerias público-privadas em comissão, pela sua importância, apesar de não ter objecções à existência de um grupo de trabalho. Sugeriu a fixação de um prazo até final da semana seguinte para definição de um plano de actividades específico para esta área.

De seguida, a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) deu conta dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Mobilidade Suave e do consenso em não discutir os projectos de lei aí pendentes e da pretensão de elaborar um projecto de resolução único, com recomendações mais concretas sobre as alterações ao Código da Estrada. Quanto aos restantes grupos de trabalho, realçou o facto de que a sua criação não impedia a Comissão de discutir os assuntos. Considerou ainda que faltava a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o Plano Estratégico de Transportes.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) tornou a usar da palavra para considerar importante um consenso em torno da proposta do PCP de se fixar um plano de actividades específico para a área das privatizações e parcerias público-privadas e propôs um prazo até dia 12 de Dezembro para serem entregues a indicação das coordenações e membros dos grupos parlamentares e propostas para esse plano de actividades.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente concluiu este assunto, propondo a realização de uma reunião da Mesa com os Coordenadores no dia 13 de Dezembro, para ultimação dessas questões, de modo a poderem ser votadas na reunião da Comissão de 14 de Dezembro.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas.

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi apresentado um requerimento para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas, para esclarecer a situação em que se encontra essa Comissão, informar o ponto de situação quanto à execução das contrapartidas assumidas no âmbito da Lei de Programação Militar, dar conta das diligências efectuadas pelo Governo para averiguar situações lesivas dos interesses do Estado português bem como das relativas ao apuramento de eventuais responsabilidades por tais situações.

Por solicitação do Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), foi a discussão e votação deste requerimento adiado para a reunião ordinária seguinte.

5. Outros assuntos

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente tornou a abordar a questão levantada pelo BE sobre a não distribuição a este grupo parlamentar de iniciativas legislativas europeias para elaboração de parecer.

Usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para esclarecer que o seu grupo parlamentar tem dificuldade em acompanhar a elaboração destes pareceres, em virtude da redução do grupo parlamentar em função das últimas eleições legislativas, e que já apresentaram solicitação idêntica em outras comissões.

Respondeu o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) que, apesar de ser sensível aos argumentos apresentados, a distribuição de pareceres é feita segundo o método de Hondt e, portanto, proporcional à representação parlamentar do BE, calhando-lhe, nesta Comissão, 1 em 23 pareceres a elaborar.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) referiu que, ao passo que em relação às petições e aos projectos e propostas de lei há uma obrigação de a Comissão se pronunciar, em relação às iniciativas europeias não há uma obrigação mas sim uma decisão da Comissão sobre aquelas em relação às quais se pronuncia.

Concluiu o Senhor Presidente, lembrando que a Comissão já só se pronuncia sobre as iniciativas legislativas e só elabora parecer sobre as não legislativas quando algum Deputado se voluntaria para tal e apelando à Deputada Catarina Martins para reponderar a questão.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de Dezembro de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 36/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Bruno Dias
Emídio Guerreiro
Maria Paula Cardoso
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus